

CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA LEITURA E DA ESCRITA

LITERACY CYCLE AND THE CHALLENGES OF READING AND WRITING

EL CICLO DE LA ALFABETIZACIÓN Y LOS RETOS DE LA LECTURA Y LA ESCRITURA

Valmivaldo de Moraes Marinho¹

Elias Alves da Silva²

RESUMO: O artigo objetiva discutir a necessidade do profissional da educação ocupar-se das questões que dizem respeito ao ser em formação, considerando-o não somente uma criança, mas, acima de tudo, uma criança que se constitui o futuro cidadão, autônomo, competente o suficiente para intervir em seu meio social, transformando-o, o que requer, sobremaneira, o pleno desenvolvimento da leitura e da escrita. Desse modo, concebe-se a relevância extrema de se buscar o ensinamento do ler e escrever ainda na mais tenra infância, de modo a iniciar o processo de construção desses sujeitos. No que diz respeito à metodologia aqui empregada, este artigo foi fundamentado em cima de uma pesquisa bibliográfica, que tem como foco mostrar e discutir o que alguns autores conceituados na área da educação pensam sobre o tema em questão.

Palavras- Chave: Alfabetização. Leitura e escrita. Ensino e aprendizagem.

ABSTRACT: The aim of this article is to discuss the need for education professionals to deal with issues that concern children in training, considering them not just as children, but, above all, as children who will become future citizens, autonomous and competent enough to intervene in their social environment, transforming it, which requires, above all, the full development of reading and writing. This makes it extremely important to teach reading and writing at an early age, in order to start the process of building up these subjects. As far as the methodology used here is concerned, this article was based on bibliographical research, which focuses on showing and discussing what some respected authors in the field of education think about the subject in question.

Keywords: Literacy. Reading and writing. Teaching and learning.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es discutir la necesidad de que los profesionales de la educación se ocupen de las cuestiones que conciernen a los niños en formación, considerando-los no sólo como niños, sino sobre todo como niños que se convertirán en futuros ciudadanos, autónomos y lo suficientemente competentes como para intervenir en su entorno social y transformarlo, lo que requiere, sobre todo, el pleno desarrollo de la lectura y la escritura. Por lo tanto, es sumamente importante enseñar a leer y escribir a una edad temprana, a fin de iniciar el proceso de construcción de estas materias. En cuanto a la metodología aquí empleada, este artículo se basó en la investigación bibliográfica, que se centra en mostrar y discutir lo que algunos autores de gran prestigio en el campo de la educación piensan sobre el tema en cuestión.

Palabras clave: Alfabetización. Lectura y escritura. Enseñanza y aprendizaje.

¹Mestre em Educação pela Educaler College – USA.

²Doutor em Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - PY.

INTRODUÇÃO

Ler e escrever são requisitos essenciais à participação efetiva na sociedade dos dias de hoje. Além disso, constituem-se desejos comuns aos seres humanos, uma vez que dessas habilidades depende o alcance de diversos outros desejos e necessidades, tais como a melhor inserção no mercado de trabalho.

No entanto, apesar de tão grande a importância dessas práticas, há muitas críticas circundando-as quando se discute como elas vêm se dando no ambiente escolar brasileiro atual. Diante dessas críticas, emerge a necessidade de se discutir acerca dessas atividades, sobretudo pela imprescindibilidade delas na formação educacional dos sujeitos já nos primeiros anos de escola.

A formação escolar do indivíduo visa, nesses tempos, à integralidade. Não mais se admite que o que se estuda na escola esteja desvinculado do ambiente fora dela, ou seja, a educação formal deve estar a serviço, principalmente, da viabilização da atuação do sujeito no meio social, de trabalho, enfim, no exterior da escola.

Partindo dessa premissa, reconhece-se a relevância do trabalho em sala de aula, o qual deve estar voltado para a prática do dia a dia, o que revela a extrema importância da leitura e da escrita, haja vista as pessoas relacionarem-se com o mundo externo através dos diferentes textos com que se deparam cotidianamente e nas mais diversas circunstâncias, desde pegar um ônibus até ler e compreender a matéria do jornal.

Além disso, um dos principais objetivos da escola é formar o cidadão para ser crítico e participativo. Tais habilidades são imprescindíveis para que a cidadania seja absoluta nas relações sociais. Contudo, elas só são possíveis verdadeiramente com o desenvolvimento das outras duas habilidades, que são ler e escrever, principalmente para não vir a ser manipulado, ludibriado por pessoas inescrupulosas que se valem das limitações dos demais para tirar vantagens.

Para alcançar esses objetivos, contudo, há que se iniciar o processo desde muito cedo. Assim, a prática de leitura e escrita deve começar desde a mais tenra idade, ou seja, nas séries iniciais, uma vez que consiste em um processo que dura não apenas um ano, como antes se concebia, mas ter seu ponto de partida com a criança e seguir por toda a vida.

É nessa perspectiva que o presente trabalho traz como objetivo principal discutir a relevância de se promoverem práticas que desenvolvam as habilidades de

leitura e escrita para crianças das séries iniciais. Para tanto, ele assim se organiza, inicialmente, foram apresentadas concepções de leitura e escrita.

Considera-se ao longo do estudo as análises de autores como Carvalho (2004), Ferreiro e Teberosky (1985-1986), Fontana (2005), Silva (2009), entre outros que apresentam discussões salutaras ao longo do tempo, de modo a promover uma constante melhoria nas práticas dos docentes que se colocam nessa tarefa, buscando, inclusive, dirimir quaisquer dúvidas que ainda existam entre os conceitos de alfabetização e letramento. A Metodologia empregada é a de Pesquisa Bibliográfica, a qual se sustenta em textos já publicados e que, obviamente, abordam tal discussão.

CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA LEITURA E DA ESCRITA

O ciclo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental é um tempo sequencial de três anos sem interrupções dedicados a inserção da criança na cultura escolar, o aumento das competências de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e a ampliação do universo de referências culturais dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 2012 p. 17).

Por conseguinte, o tempo do ciclo é o tempo da totalidade, que garanta ao estudante o domínio da leitura e da escrita, não da totalidade em que o todo é igual à soma das partes, mas da totalidade que é fruto da inter-relação entre as partes (ARROYO, 1999). Desse modo, neste período é o momento em que a criança tem para garantir os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da aprendizagem sequenciada introduzindo, aprofundando e consolidando as habilidades inerentes ao ano em que está estudando.

Portanto, ao final do ciclo de alfabetização a criança tem o direito de saber ler e escrever com o domínio do sistema alfabético de escrita para atender a diferentes demandas que lhe são solicitadas na vida social, cabendo à escola como uma instituição responsável pelo ensino da leitura e da escrita, ampliar as experiências das crianças, de forma que contribua para a participação efetiva na comunicação e no exercício da cidadania. Neste sentido, o domínio alfabético refere-se às capacidades de ler e escrever, de fazer o uso do objeto de escrita e leitura, tanto na dimensão da alfabetização como no âmbito do letramento.

Com a implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos, diversas redes de ensino brasileiras têm implantado políticas de ciclos, principalmente nos anos iniciais. O Conselho Nacional de Educação (CNE) recomendou no Parecer CNE/CEB nº 5/2007 (BRASIL, 2007 a) e Parecer CNE/CEB nº 4/2008 (BRASIL, 2008) que os três anos iniciais do Ensino Fundamental de Nove Anos sejam organizados em ciclos. Este último parecer se pronuncia em relação ao tratamento pedagógico a ser oferecido às crianças dos três anos iniciais do ensino fundamental, explicando que esses três anos iniciais devem construir em um período destinado à “[...] construção de conhecimento que solidifiquem o processo de alfabetização e de letramento” (BRASIL, 2008 p. 01).

Por isso considera-se que a alfabetização ocorra nos três anos iniciais do ensino fundamental que se constitui no que se designa “ciclo da infância” (BRASIL, 2008). Assim, nos itens 4 e 5, o Parecer CNE/CEB nº 4/2008 indica o seguinte:

O antigo “terceiro período da Pré-Escola não pode se confundir com o primeiro ano do Ensino Fundamental”, pois esse primeiro ano é agora “parte integrante de um ciclo de três anos de duração”, que poderíamos denominar de “ciclo da infância”. Mesmo que o sistema de ensino ou a escola, desde que goze desta autonomia, faça a opção pelo sistema seriado, há necessidade de se considerar esses três anos iniciais como um bloco pedagógico ou ciclo sequencial de ensino (BRASIL, 2008, p. 56).

O Conselho Nacional de Educação, por meio desse parecer, destaca que os sistemas de ensino poderão adotar a organização da escolaridade em ciclos no Ensino Fundamental na sua totalidade ou em parte conforme os termos dos artigos 8º, 23º e 32º da LDB 9394/96.

Assim, o parecer mencionado apresenta a possibilidade da implantação de um “ciclo da infância” ou da manutenção do regime seriado com a eliminação da reprovação nos três primeiros anos. É importante ressaltar que, além do denominado “ciclo da infância” as redes de ensino podem optar por outras modalidades de ciclos, tais como: Ciclos de Aprendizagem, Ciclos de Formação, Regime de Progressão Continuada.

Diante dessa reflexão, observa-se que a educação brasileira, nos últimos tempos, passou por várias transformações relacionadas, sobretudo, ao acesso das crianças à Educação Básica. O ingresso das crianças aos seis anos no Ensino fundamental desafiou os educadores a definir mais nitidamente o que espera da escola nos primeiros anos de escolarização.

Nesse processo, os estabelecimentos de Ensino Superior e da Educação Básica, assumiram o acordo de se unirem para construir estratégias para a melhoria da Educação Brasileira, tendo como norte que a instituição escolar é um espaço de diversidades e, nesse sentido, deve ser considerada como parte da sua essência e não como algo que incida a exclusão do aluno.

Todavia, a organização do espaço escolar apresenta particularidades que necessitam ser consideradas. Em algumas escolas da zona rural, encontram-se algumas turmas multisseriadas. Nesses espaços além dos educadores estarem em contato com a heterogeneidade, existe também as especificidades das crianças em relação ao tempo de aprendizagem que é um fator que deve ser considerado. Outras especificidades também podem ser consideradas, como os diferentes modos de vida, mais comuns em algumas regiões que em outras, e os patrimônios históricos, os espaços disponíveis de circulação para as crianças, dentre outras.

Documentos oficiais como o Fascículo do Programa Pró-Letramento e o Guia do Programa Nacional do Livro Didático, norteiam que o currículo contemple a compreensão e a produção de textos orais e escritos relativos a temáticas diversificadas. Assim, nos cinco primeiros anos de Ensino Fundamental, tem como objetivo ampliar o universo de referências culturais das crianças, bem como contribuir para desenvolver e aprofundar as práticas de letramento.

A escolha dos conhecimentos que são fundamentais para a prática de letramento precisa refletir com base na relevância dos temas e nas probabilidades de mobilização desses conceitos para a leitura de mundo das crianças, articulando seus contextos familiares e outras esferas de participação social. Sobre essa questão, podemos observar ao longo da pesquisa que a prática docente observada busca desenvolver atividades de alfabetização dentro da perspectiva da aquisição do código escrito, codificação e decodificação.

As técnicas de leitura e interpretação dos gêneros textuais que foram desenvolvidas no período do estudo, não contribuíram para uma reflexão crítica dos alunos, a maioria das atividades se resumia a perguntas e respostas referentes aos textos, ou tinha o proposto de ensinar à gramática.

O acesso às diversidades de gêneros que circulam no meio social contribui para o ingresso das crianças no mundo da escrita e sua participação em situações mais

públicas de uso da oralidade. No entanto, para que os alunos possam participar das diferentes situações de interação é suficiente ter contatos com uma diversidade textual, com a finalidade de ampliação do repertório de leitura e escrita. Portanto, o documento oficial do PNAIC orienta que as habilidades básicas de leitura e escrita, sejam consolidadas nos três primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim sendo, para que as crianças de fato estejam alfabetizadas aos oito anos de idade, será necessário promover o ensino do sistema de escrita alfabética desde o primeiro ano do ensino fundamental, garantindo que os conhecimentos relacionados às concordâncias grafo fônicas sejam consolidadas nos dois anos seguintes.

Por outro lado, não basta só dominar o sistema de escrita alfabética, mas a criança deve desenvolver as competências de fazer uso desse sistema em diversas situações. Assim, é importante que o planejamento didático possibilite uma reflexão sobre os conhecimentos do sistema de escrita, em situações de leitura autônomas dos estudantes e situações de leitura compartilhada em que os estudantes possam desenvolver estratégias de compreensão de textos, bem como situações em que sejam possibilitadas produções textuais de forma significativas.

Ao final do ciclo de alfabetização espera-se, que as crianças dominem o funcionamento do sistema de escrita; as relações grafo fônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura o domínio de estratégias de compreensão e produção de textos escritos.

Em suma, para que de fato essas aprendizagens sejam garantidas, é necessário elaborar um planejamento pedagógico, idealizando que o ato de planejar orienta as intervenções pedagógicas e tem o objetivo de promover a articulação dos conhecimentos desenvolvidos nos diferentes níveis de escolaridade; evitem a improvisação desnecessária dos objetivos, permitindo aos educadores avaliarem sua trajetória de trabalho e possibilitar o diálogo dos docentes com seus pares e com a coordenação pedagógica. .

Um ponto relevante para a discussão é a inclusão dos materiais didáticos na alfabetização, já que esta é um processo de aprendizagem do sistema de escrita alfabética e contribui para a apropriação de conhecimentos e habilidades que favorecem a integração das crianças por meio de textos diversificados que circulam na

sociedade. Para isso a escola precisa garantir recursos didáticos diversificados. Tais recursos precisam favorecer a reflexão sobre a língua e possibilitar a realização de atividades de produção e compreensão de textos orais e escritos.

Segundo os referenciais de alfabetização emitidos pelo MEC: “Outros materiais de simples produção/aquisição também podem compor o acervo de materiais didáticos das escolas: abecedários, fichas de pares de palavras/ figuras, envelopes contendo figuras e letras ou sílabas que compõe as palavras que representam as figuras” (BRASIL p.17).

Apesar de alguns materiais ter chegado à escola como as obras literárias, livros diversificados, que vão além das obras literárias, que são os acervos de obras complementares, alguns jogos de alfabetização, materiais estes que foram enviados pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional Biblioteca nas Escolas (PNBE) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Observa-se que estes materiais não estão sendo utilizado de forma satisfatória pelos alunos e que os mesmos precisam ser inseridos nas aulas, como uma forma de dinamizar as atividades e estimular o aprendizado dos alunos.

Segundo o mesmo referencial (2012):

As secretarias de educação podem complementar os acervos, adquirindo mais obras literárias, outros livros destinados ao público infantil, gibis, jornais, revistas. Além disso, precisam garantir a aquisição, manutenção e usos de equipamentos tecnológicos que permitam ao docente planejar situações didáticas diversificadas e que estimulem a ampliação do letramento, tais como a televisão, as filmadoras, os gravadores, os projetores de multimídias e os projetores (p.17).

Portanto, a secretaria de educação precisa disponibilizar investimentos, como uma forma de complementar os recursos das associações de pais e mestres que chegam às escolas e são insuficientes, para a aquisição desses materiais. Diante dos argumentos acima citados, teve-se uma necessidade de aprofundar uma discussão acerca do ciclo de alfabetização e a consolidação do sistema de escrita.

Com a finalidade de compreender que o ciclo de alfabetização é um tempo sequencial de três anos, e que no Primeiro Ano as crianças devem se apropriar do sistema de escrita alfabética, e no Segundo e Terceiro Anos estão direcionados a consolidação da alfabetização. Uma vez que está plenamente alfabetizada até os oito anos é um direito de toda criança. Para referendar o estudo utilizamos como referencial os postulados de Moraes (*et al.* 2012), Carvalho (2004), Ferreiro e Teberosky (1985-1986),

Fontana (2005), Silva (2009), por entendermos que estes autores abordam sobre alfabetização e letramento e os processos de aquisição da escrita, assim como os aspectos da importância social da escola na formação do sujeito.

A ampliação do ensino fundamental para 9 anos, com a inclusão das crianças a partir dos 6 anos de idade no sistema regular de ensino, tem por objetivo, dentre outros, favorecer que todas elas cheguem ao final do primeiro ciclo com as competências alfabéticas garantidas. Assim, conforme salienta Morais, (*et al.* 2012, p.08)

[...] É importante destacar que o direito da criança estar alfabetizada aos 08 anos de idade e à aprendizagem dos demais componentes curriculares nas escolas do campo devem se dar no sentido de fortalecer os princípios e valores dos diferentes povos do campo, numa perspectiva inclusiva e democrática.

Diante desse aspecto, notamos que a escola deve possibilitar um ensino inclusivo a todos e a todas, valorizando seu modo de vida, sua forma de expressão, independente de sua condição social, étnica, religiosa, econômica, cultural,

Nesse sentido, a proposta de educação deve ser levada em consideração quando se pensar em um planejamento direcionado as turmas de alfabetização, pois possuem modos de vida diferenciados, neste sentido, deve ser preservada a igualdade de direitos, que se respeite e valorize o direito as diversidades, e suas variações linguísticas. Segundo Carvalho (2004, p.73) “[...] a alfabetização constitui um instrumento para a tomada de consciência de direitos e deveres do cidadão e de luta pela discriminação das desigualdades.” Portanto, ainda seguindo as ideias de Morais (*et al.* 2012);

Para que o processo de alfabetização das crianças contribua com o fortalecimento das identidades coletivas e diversos saberes dos povos do campo é preciso que o mesmo se dê de forma estreitamente articulada às comunidades ali existentes, ampliando e valorizando os conhecimentos e vínculos das crianças com a realidade em que vive (p.09).

Assim, podemos reconhecer que à proposta de alfabetização das escolas não devem ser separadas do desenvolvimento cognitivo e dos processos de formação para os sujeitos. Utilizando das práticas sociais e culturais de leitura e escrita, favorecendo para os saberes disciplinares e os contextos econômicos, políticos do ambiente nos quais as crianças estejam inseridas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, para efeito desse estudo utilizamos os postulados de Fontana (2005),

Ferreiro e Teberosky (2011), Matuí (1995), pois, estes estudiosos possibilitam uma reflexão sobre o aprendizado a partir da interação social entre o indivíduo e o objeto de conhecimento.

Para Minayo (2012, p. 21-22), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por conseguinte, mostra-se que o ensino direcionado as crianças, está desarticulado com o proposto, pois apesar das escolas terem uma proposta pedagógica, a partir da Educação do Campo, que é vista como uma estratégia para a transformação da realidade dos povos do campo em todas as situações, observa-se que na prática não é assim que acontece, tendo em vista que o ensino proposto não favorece as práticas sociais de leitura e escrita.

Logo, propor práticas contextualizadas, ainda é um grande desafio da escola, nota-se que o ensino que é ministrado a partir de técnicas de reprodução de conteúdos, pouco favorece a criticidade dos sujeitos. Essas dificuldades apontadas precisam ser superadas, sobretudo na educação do campo, tendo em vista que, as práticas pedagógicas direcionadas as escolas do campo implicam segundo MEC, Programa Saberes da Terra (*apud*. MORAIS, *et al.* 2012),

Para uma alfabetização contextualizada, permeadas pelo fazer lúdico e que proporcionem construções mentais e culturais das crianças acerca dos múltiplos aspectos de sua realidade – inclusive da língua escrita como objeto cultural e social. Esta perspectiva pressupõe que o processo de apropriação da leitura e da escrita nas escolas do campo se dê articulando a princípios como: valorização dos diferentes saberes dos povos do campo, inclusive a oralidade na cultura popular, como rica fonte para o letramento infantil; respeito aos tempos e espaços formativos diferenciados em função dos interesses e modos de vida produção da comunidade em que a escola se insere (p.09).

Desse modo, na prática de alfabetização é preciso lidar com situações reais e significativas dos usos da leitura e da escrita, possibilitando o uso de leituras da realidade e o entendimento por parte dos estudantes, das finalidades sociais da escrita.

Portanto, a criança precisa saber que ela necessita ler e escrever para se desenvolver em seu meio social, atendendo as suas necessidades cotidianas. Além disso, é relevante que a criança tenha a oportunidade de refletir sobre o sistema de escrita alfabética, podendo compreender de fato como este sistema funciona.

Portanto, observa-se que muitos alunos ainda não se apropriaram do sistema de escrita proposto pelo PNAIC, pois alguns deles não têm o domínio da escrita, até mesmo do próprio nome; não escreve palavras com diferentes estruturas silábicas atendendo às convenções ortográficas; não lê e nem produz textos de gêneros e temáticas familiares. Estes são alguns dos direitos de aprendizagem que precisam ser consolidados ao final do ciclo de alfabetização pelos alunos.

Todavia, é preciso que seja apresentada uma diversidade de textos, pois muitas crianças principalmente do meio rural não dispõem deste material, sendo necessário que o professor introduza em suas aulas esta diversidade, já que a apropriação do sistema de escrita não pode estar distanciada das atividades de leitura e produção de texto.

Entretanto, é importante que o professor faça a mediação desta diversidade textual, pois, a criança por mais que seja colocada em contato com os diferentes tipos de portadores de textos jamais conseguirão se apropriar de forma espontânea do uso da língua escrita. Já que a escrita não é inata à condição humana, ela é construída a partir da necessidade de comunicação dos indivíduos, obedecendo aos princípios do sistema de escrita alfabética.

Para Moraes (*et al.* 2012), a alfabetização não se dá por processos mecânico de memorização e repetição de informações. O processo de alfabetização acontece a partir da compreensão do sistema de escrita alfabética. A escrita, segundo Ferreiro (1985), é um sistema notacional, ou seja, é constituído de regras próprias e princípios abstratos e seu aprendizado implica um processo cognitivo complexo e conceitual por parte do aprendiz. Portanto, para que a criança aprenda a ler e a escrever será necessário que ela compreenda o sistema de escrita alfabética. Nesse processo, a criança elabora hipóteses de leitura, indicam o seu desenvolvimento no processo de aquisição da lectoescrita.

Conforme a teoria da psicogênese da escrita às crianças passa por quatro períodos distintos, sobre os quais possui diferentes hipóteses. Para esclarecer como este sistema funciona, no processo de alfabetização, evidenciamos que o mesmo não se

reduz a um conjunto de técnicas de memorização, nem está atrelada a motivação, mas a uma aquisição conceitual. Essa teoria parte do princípio que os sujeitos desenvolvem seu conhecimento a partir da ação do indivíduo em interação com o objeto de conhecimento (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986).

O primeiro período é o *pré-silábico* em que a criança faz registros aleatórios sem conexão entre o grafema e fonema, e sem consciência fonológica; o segundo é o período *silábico*, nesta fase a criança elabora correspondência quantitativa de grafema em relação a uma análise sonora (fonema), que leve a criança a descobrir a sílaba, assim cada sílaba corresponde a um grafema.

O terceiro é o *silábico-alfabético*, uma fase intermediária em que a criança já começa a perceber uma correspondência qualitativa. A criança entra em conflito cognitivo com a hipótese qualitativa. E, por fim o período *alfabético*, neste momento, já ocorre uma correspondência entre hipótese de escrita e a sua convenção e a criança já compreende o sistema alfabético.

Destarte, observa-se que as atividades de leitura e escrita devem ser desempenhadas em pequenas equipes a partir dos agrupamentos por fases de escrita dos alfabetizandos, concernente com os níveis de escrita mais próximo, com isso garante que os alunos com diferentes níveis passem a confrontar suas hipóteses, gerando conflitos cognitivos e avanços conceituais, além de promover a interação do grupo.

Assim, para Fontana (2005, p.11) “[...] a ação do sujeito sobre o objeto é mediada socialmente pelo outro e pelos signos”. Desse modo, evidencia que a criança busca a aprendizagem na medida em que constrói o raciocínio lógico, e não por técnicas de repetição e memorização dos conceitos. Logo, os conceitos,

[...] não são analisados como categorias intrínsecas da mente, nem como reflexo da experiência individual, mas sim como produtos históricos e significantes da atividade mental mobilizada a serviço da comunicação, do conhecimento e da resolução de problemas (FONTANA, 2005 p.13).

Todavia, por este viés as atividades propostas nos processos de ensino e de aprendizagem da apropriação da leitura e escrita devem privilegiar a reflexão dos alunos e rejeitar um ensino apenas transmissivo, centrado em técnicas de reprodução mecânica.

Desse modo, para que as crianças consolidem o processo de alfabetização e avance para as séries seguintes será necessário que o planejamento seja organizado

levando em consideração a aquisição o sistema de escrita, tanto na perspectiva da alfabetização quanto no letramento. Entretanto vemos que muitos dos estudantes do 2º e do 3º Ano sem o domínio inicial do sistema de escrita, cabendo ao professor dos anos iniciais de alfabetização, desenvolver estratégias de leitura que proporcionem aos alunos consolidar essas habilidades, com a finalidade de pelos menos chegar às hipóteses alfabéticas de escrita.

Todavia, há necessidade para se chegar a essa concretização da aprendizagem das crianças em processos iniciais de alfabetização, que o professor alfabetizador desenvolva em suas salas de aula, diagnósticos com o objetivo de identificar as fragilidades encontradas pelos alunos nesse período, uma vez que em uma classe há uma diversidade. Uma turma não é homogênea e o professor necessita conhecer os níveis de escrita de todos os alunos para que planeje as atividades que contemple todas as necessidades e assim conseguir avançar em seus níveis de desempenho.

A esse respeito Silva (2009, p.36), argumenta sobre a prática de ensino como uma “ação intencional, que procura atingir determinados fins e, para ser realizada, apoia-se em conhecimentos sobre como funciona a realidade da sala de aula, nos conteúdos a serem ensinados e no perfil dos alunos que são objeto desse ensino”.

Assim, através do diagnóstico inicial da turma dará a possibilidade do professor conhecer os seus alunos e propor práticas significativas de aprendizagem, levando em consideração as características específicas dos estudantes. O professor precisa atuar como um agente desse processo de conhecimento, definindo os objetivos e as metas de seu trabalho, sabendo conduzi-las e adequá-las a sua realidade. Portanto, para Silva (2009),

O principal objetivo da organização do planejamento é o de possibilitar que o professor desenvolva um trabalho sistemático dos conteúdos e habilidades que envolvam o processo de alfabetização e letramento. Desenvolver um trabalho sistemático significa considerar entre outros aspectos, uma continuidade entre uma sala e outra; a previsão dos conhecimentos complexos para o aluno depois daqueles menos complexos; e a seleção de atividades adquiridas aos conhecimentos que são ensinados (p.37).

Diante dessa ótica estabelecida por Silva (2009), pode-se concluir que o planejamento é o ponto crucial para que a criança do ciclo de alfabetização consiga alcançar os direitos gerais de aprendizagem proposto para a criança do ciclo. Pois, o mesmo é um tempo sequencial em que o professor deverá desenvolver conteúdos

específicos para cada ano, com o objetivo que os alunos consigam alcançar ao final as habilidades necessárias para avançar para os anos seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que as atividades a serem desenvolvidas precisam ser pensadas a partir das necessidades dos alunos, pois é necessário que a criança do final do ciclo de alfabetização consolide os direitos de aprendizagem proposto pelo PNAIC, nos aspectos de Leitura, Produção de Textos Escritos, Oralidade, Análise Linguística. Habilidades que os alunos precisam desenvolver para se tornarem alfabetizados e letrados.

Os direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa emergem como eixos norteadores para o ensino no ciclo de alfabetização. Com estes se pretendem dar uma direção aos professores alfabetizadores de como devem seguir para que obtenha a um resultado significativo no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, visando uma formação para os sujeitos críticos e que use a leitura e a escrita em diversas situações cotidianas.

Diante do exposto, analisa-se que o nível de aprofundamento de um dado conhecimento, que visa obter com as crianças de seis anos, não é o mesmo que se pretende com as crianças de oito anos. Será necessário que a professora observe às experiências e conhecimentos prévios dos mesmos, seus interesses e modo de lidar com os saberes escolares.

Todavia, analisa-se no decorrer do trabalho que o processo de aquisição do sistema alfabético deve ser iniciado no primeiro ano e tem como objetivo ser consolidado ao final do terceiro ano. Portanto, far-se-á necessário que a escola reorganize o que é necessário ensinar em cada ano de escolarização definindo o ponto de partida e o de chegada de seu trabalho anual, visto que os conhecimentos, as competências referentes às práticas de alfabetização e letramento previstos para cada etapa.

Desse modo, torna-se necessário analisar a alfabetização e os desafios da mediação pedagógica, por compreender que alfabetização é uma etapa fundamental no processo de desenvolvimento cognitivo dos sujeitos. Além de discutirmos sobre o papel do professor como mediador dos saberes que são constituídos nos contextos

escolares, pois com essa prática permite que os estudantes adquiram uma formação para transformação social do indivíduo. Já que entendemos que no contexto atual o aprendizado se efetiva com a interação do outro, e não apenas constitui-se passivamente.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G, **Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores.** Educação e sociedade. Campinas, V. XX n.68, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. **Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 4/2008, de 20 de fevereiro de 2008.** Orientação sobre os três anos iniciais do ensino fundamental de nove anos. Brasília: CNE/ CEB, 2008.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino (MEC/SASE) 2014. **Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.**

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação/Ministério de Educação.** Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa /Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de/ **práticas de leitura e escrita/** Rosa Helena Mendonça (orgs.). – Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CARVALHO, Marlene, 1936 – **Guia prático do alfabetizador/**Marlene Carvalho.- 5 ed.- São Paulo: Ática, 2004.

FERREIRO, e TEBEROSKY, **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1985.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Alfabetização e letramento/**Magda Soares. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Cultura escrita e educação.** Porto Alegre: Artmed, 2001 a.

_____. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1986.

_____. FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**/Emília Ferreiro. – 26. Ed.- São Paulo: Cortez, 2011. - (Coleção questões da nossa época; v.6).

FONTANA, Roseli Ap. Cação. **Mediação pedagógica em sala de aula**/ Roseli Ap. Cação Fontana. – 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. – (Coleção educação contemporânea).

MATUÍ, Jiron, 1936 - **Construtivismo:** teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino/Jiron Matui. – São Paulo: Moderna, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa:** teoria, passos e fidedignidade. Ciência & saúde coletiva, v. 17, p. 621-626, 2012.

MORAIS, Artur Gomes de. LEITE, Tânia Maria S.B. Rios. et al. **Apropriação do sistema de escrita alfabética pelas crianças: Que caminho percorrem? Como podemos auxiliá-las em suas trajetórias de aprendizagem?** São Paulo: Moderna 2012.

SILVA. Ceris da S. Ribas. O planejamento das práticas escolares de alfabetização e letramento. In. CASTANHEIRA, Maria Lúcia. **Alfabetização e letramento na sala de aula**/Maria Lúcia Castanheira, Francisca Izabel Pereira Maciel, Raquel Márcia Fontes Martins, (organizadoras). - 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2009. – (Coleção Alfabetização e Letramento na Sala de Aula).